

i

15-05-2019

Periodicidade: Diária**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 14000**Temática:** Justiça**Dimensão:** 1981 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/2/3

Operação Duo Facie faz duas detenções

Advogada do Estado dava vitória de bandeja a contribuintes em litígio com o fisco

Investigação acredita que pode haver mais escritórios e funcionários da AT envolvidos no esquema // PÁGS. 2-3

Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

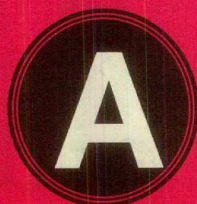
Tiragem: 14000

Temática: Justiça

Dimensão: 1981 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2/3



Radar

“Duo Facie”. Advogada do Estado ajudava empresas que estavam em litígio com o fisco

Investigadores acreditam que, além de Elsa Silva e do advogado António Taveira, haverá outros elementos do fisco e advogados envolvidos na teia.

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt
FELÍCIA CABRITA
felicia.cabrita@ionline.pt

Elsa Silva é representante da Fazenda Pública há oito anos e já pelo menos há três que se levantavam suspeitas sobre o seu trabalho e as ligações a escritórios de advogados. Ontem, a Polícia Judiciária desencadeou a megaoperação, tendo detido logo ao início da manhã esta advogada do Estado. Elsa Silva acabou por já nem ser levada ao seu local de trabalho, onde decorriam as buscas: o 3.º piso da Direção de Finanças de Lisboa. Outro dos detidos foi António Taveira, advogado na sociedade Taveira&Associados, que seria um dos favorecidos com as informações sigilosas a que Elsa Silva tinha acesso para beneficiar os seus clientes em ações entre estes e o fisco. Em troca, acredita a investigação, eram pagos subornos em dinheiro.

Segundo informou a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa

(PGDL), esta investigação está a ser dirigida pelo Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa. No total, informou o Ministério Público, foram feitas diversas “buscas domiciliárias e cinco não domiciliárias, sendo uma delas ao posto de trabalho de uma funcionária da Direção de Finanças de Lisboa e uma outra ao escritório de um advogado”. As diligências aconteceram em Lisboa, Mafra, Vendas Novas, Montijo, Coruche e Alcochete.

Fonte próxima da investigação explicou ao *i* que, em processos de contencioso administrativo fiscal, esta representante da Fazenda passava dados à defesa das empresas – que, por exemplo, impugnavam liquidações adicionais de impostos – para que fosse possível desconstruir a argumentação da Autoridade Tributária – ou seja, atuando contra o Estado, que representa, e passando informação secreta.

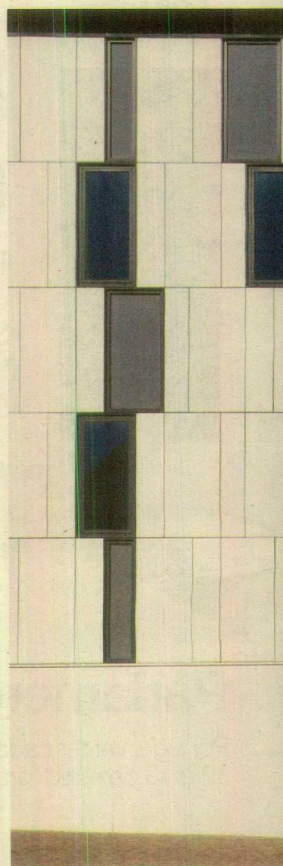
Para já, não se sabe ao certo em quanto o Estado terá sido lesado, mas a investigação não

fecha a porta a que em causa estejam milhões de euros.

A informação disponibilizada ontem pela PGDL referia que em causa estão suspeitas de que a “funcionária da Autoridade Tributária acedia a bases de dados das Finanças para consultar o historial de contribuintes”. E acrescentava: “A informação privilegiada assim obtida seria transmitida, a troco de quantias monetárias, a um advogado fiscalista que, por sua vez, a utilizaria, contra a própria administração tributária, na defesa dos interesses de clientes”.

Para os investigadores do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa há assim suspeitas de “factos suscetíveis de integrarem a prática de crimes de corrupção passiva e ativa, violação de segredo e acesso ilegítimo qualificado”.

CASO HÁ MUITO ERA CONHECIDO DENTRO DAS FINANÇAS Ao *i*, fontes conhecedoras deste processo explicam que, apesar de esta operação só ontem ter sido desencadeada, há muito que sur-



Periodicidade: Diária

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 14000

Temática: Justiça

Dimensão: 1981 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/2/3



Buscas da Polícia Judiciária aconteceram ontem em Lisboa, Mafra, Vendas Novas, Montijo, Coruche e Alcochete

EDUARDO MARTINS

Ainda não se sabe ao certo em quanto o Estado terá sido lesado com o esquema

Site do escritório António Taveira (advogado detido) ficou ontem em baixo

giram as primeiras denúncias. Há cerca de três anos, a Autoridade Tributária começou a receber queixas que relacionavam Elsa Silva com o advogado António Taveira. As denúncias davam ainda conta do envolvimento de outros funcionários do fisco e de outras sociedades de advogados. E foi a própria Autoridade Tributária a dar seguimento a essas denúncias e a enviá-las para o Ministério Público.

Esta é, aliás, uma linha que será agora seguida pela investigação, ou seja, a de tentar identificar a dimensão do esquema montado e se no mesmo participavam e de alguma forma contribuíam outros elementos das Finanças. O *i* sabe que, além de António Taveira, os investigadores vão passar a pente fino casos que envolviam outros caudatários para perceber se é plausível que os mesmos tenham igualmente tido acesso a informação privilegiada.

O PERCURSO DA MULHER SUSPEITA DE ENGANAR AS FINANÇAS Elsa Silva licenciou-se no

ano de 1997 em Direito pela Universidade Internacional de Direito e, segundo a sua página de LinkedIn, fez em 2010 uma pós-graduação em Administração Pública e Direito Administrativo na Universidade Lusófona de Lisboa. Dois anos depois iniciou um mestrado em Gestão Pública no Instituto Superior de Gestão.

Ainda antes da licenciatura, segundo aquela rede social, a agora representante da Fazenda já trabalhava para o Estado: entre 1976 e 1986 fora técnica de informática no Ministério da Saúde. A entrada para as Finanças terá acontecido já em 2004, quando entrou para o Gabinete Jurídico da Inspeção Tributária – Direção de Finanças de Lisboa, onde esteve até 2007. Segundo descreve no LinkedIn, o seu trabalho passava por “esclarecimentos e Apoio aos Inspectores Tributários”.

Em 2010 passou, no entanto, a assessorar uma juíza no Tribunal Tributário de Lisboa

– funções que exerceu durante quase quatro anos. Segundo as suas palavras, durante esse período fez a “pesquisa de jurisprudência e projetos de sentença”.

Elsa Silva chega a representante da Fazenda Pública em julho de 2010. Segundo descreve na rede social, desde que entrou, o seu trabalho passa por ser uma “advogada do Estado” nas ações que os contribuintes intentam contra a Autoridade Tributária. O problema é que a investigação acredita que nos últimos anos funcionou, de forma ilícita, mais como advogada dos contribuintes do que propriamente do Estado. É exatamente por isso que a operação foi batizada como “Duo Facie” – em português, face dupla.

O ESCRITÓRIO QUE MANDA QUEM O PROCURA TOMAR UM CAFÉ Ontem, quem tentava entrar no site do escritório de advogados Taveira&Associados recebia uma mensagem insólita:

“Algumas melhorias estão sendo implementadas. Tome um café e volte em alguns instantes... Obrigado”. Mas, mesmo depois de muito tempo, a página permanecia inalterada.

Em janeiro deste ano, porém, este escritório apresentava-se como tendo advogados com “um elevado padrão ético”. “Desenvolve a sua atividade principalmente nas áreas do direito da insolvência, comercial e empresarial, fiscal, administrativo, segurança social e do trabalho, estando cada vez mais em contacto com o mercado de investimento, nacional e internacional”, referia ainda o site da Taveira&Associados.

António Taveira é sócio fundador desta sociedade e advogado desde 1997. Licenciou-se em Direito na Universidade Autónoma de Lisboa (1990-1995), fez uma pós-graduação em Assessoria Jurídica de Empresas no Instituto Superior de Gestão (1996-1997) e uma pós-graduação em Fiscalidade na Católica (2012-2013).